

FICHA TÉCNICA

Título original: *Confronting Capitalism: Real Solutions for a Troubled Economic System*

Autor: *Philip Kotler*

Copyright © 2015 Philip Kotler

Edição original publicada por AMACOM, uma divisão de American Management Association, International, New York. Todos os direitos reservados

Tradução © Editorial Presença, Lisboa, 2015

Tradução: *Alberto Gomes*

Revisão técnica: *Carlos Braga*

Imagem da capa: *Shutterstock*

Capa: *Catarina Sequeira Gaeiras/Editorial Presença*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

1.ª edição, Lisboa, setembro, 2015

Depósito legal n.º 397 103/15

Reservados todos os direitos
para a língua portuguesa (exceto Brasil) à

EDITORIAL PRESENÇA

Estrada das Palmeiras, 59

Queluz de Baixo

2730-132 Barcarena

info@presenca.pt

www.presenca.pt

ÍNDICE

Introdução — A criação de um capitalismo de elevado desempenho	9
1 A persistência da pobreza	27
2 A crescente desigualdade de rendimentos	39
3 Trabalhadores em estado de sítio	76
4 A criação de emprego face à crescente automatização	93
5 Empresas que não cobrem os seus «custos sociais»	109
6 A exploração do meio ambiente	118
7 Ciclos económicos e instabilidade económica	129
8 Os perigos do interesse próprio marcado pela mesquinhez ...	150
9 O peso do endividamento e a regulação financeira	161
10 De que modo a política subverte a economia	183
11 A orientação a curto prazo do capitalismo	198
12 Atividades de <i>marketing</i> com resultados questionáveis	205
13 Fixar uma taxa de crescimento do PIB adequada	214
14 Criar felicidade e não apenas produtos	226
Epílogo	240
Notas	242

INTRODUÇÃO

A criação de um capitalismo de elevado desempenho

A diferença entre aquilo que estamos a fazer e aquilo que somos capazes de fazer resolveria a maior parte dos problemas do mundo.

— Mahatma Gandhi

Existe uma grande quantidade de livros sobre o capitalismo, a maior parte dos quais defendendo-o, muitos criticando-o e vários outros tentando simplesmente explicá-lo. Assim sendo, o que motivaria alguém a escrever outro livro sobre esse tema?

São cinco as razões que me levam a fazê-lo.

Em primeiro lugar, eu próprio quero compreendê-lo. A minha família e os meus amigos e conhecidos espalhados pelo mundo vivem numa economia de mercado baseada num sistema chamado capitalismo. E dizem-me que querem compreender melhor esse sistema.

Em segundo lugar, acredito que o capitalismo é melhor do que qualquer outro sistema. Mas também acredito que padece de *catorze grandes imperfeições*. Quis examinar estas imperfeições e as suas ramificações.

Em terceiro lugar, pretendo examinar e propor soluções para cada uma das catorze imperfeições, as quais ajudariam o capitalismo a alcançar um melhor desempenho e a beneficiar um maior número de pessoas.

Em quarto lugar, muitos leitores preferem um livro menos extenso para se iniciarem na reflexão sobre o universo do capitalismo.

O livro de Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI*^{*}, já vendeu muitos exemplares, mas a maior parte das pessoas que o compraram não leu as cerca de quinhentas páginas e ficou-se pelos primeiros dois capítulos. Nesta era frenética, precisamos de relatos mais concisos sobre os sistemas sociais e económicos que afetam profundamente a nossa vida. Piketty concentrou-se na desigualdade de rendimentos, que é apenas uma das catorze imperfeições do capitalismo que precisam de ser examinadas.

Em quinto lugar, acredito que a minha experiência académica me proporciona uma oportunidade para desenvolver algumas perceções singulares sobre o funcionamento do capitalismo. Sou um economista de formação clássica e fui aluno de três grandes economistas de pensamentos antagónicos que conquistaram o Prémio Nobel: o Professor Milton Friedman, da Universidade de Chicago, que representava o pensamento do liberalismo económico, e os Professores Paul Samuelson e Robert Solow, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), que representavam o pensamento keynesiano. O meu objetivo era aplicar a teoria da macro e da microeconomia para compreender o processo decisório empresarial focado em conquistar quotas de mercado em mercados altamente competitivos. Tenho a sensação de que os economistas negligenciaram o papel e o poder do *marketing* em moldar e influenciar os mercados. O *marketing* é um dos conceitos fundamentais numa sociedade capitalista. Sendo eu um economista de mercado orientado para o estudo dos comportamentos, centro a minha atenção no funcionamento dos cinco principais intervenientes numa economia de mercado: empresas comerciais, organizações sem fins lucrativos, investidores, famílias e governo. O capitalismo, a gestão e o *marketing* devem combinar-se num quadro de referência abrangente, para se poder compreender os desenvolvimentos do mercado e os seus impactos na sociedade. Tenho esperança que este livro consiga alcançar esse objetivo.

Hoje em dia, encontra-se nos meios de comunicação muita informação acerca de outras ideias que propõem formas melhoradas do capitalismo, nomeadamente o Capitalismo Solidário, o

^{*} Lisboa, Temas e Debates, 2014. (NT)

Capitalismo Inclusivo, o Capitalismo Humano, o Capitalismo Humanista, o Capitalismo Saudável e o Neocapitalismo. Todas estas formas são esforços para melhorar tanto a imagem como o funcionamento do capitalismo. Um amplo setor da opinião pública sugere que as pessoas querem pôr fim ao «Capitalismo *Cowboy*», segundo o qual vale tudo na procura do lucro. Essas pessoas querem salvar o capitalismo de si próprio, enquanto este continua a desencantar e a privar muitos cidadãos dos seus direitos.

Em 2004, a Harvard Business School realizou uma sondagem junto dos seus alunos e apurou o seguinte resultado: «Os Estados Unidos são competitivos pois as empresas que aqui operam fazem duas coisas: impõem-se nos mercados globais e melhoram a qualidade de vida da população americana média. A economia americana está a fazer a primeira destas coisas, mas a falhar na segunda.» Recentemente, Michael Porter, um professor de Harvard, declarou: «Trata-se de um momento decisivo para a nossa nação. Os líderes empresariais e os decisores políticos precisam de uma estratégia para colocar o nosso país na rota de uma prosperidade partilhada abrangente.» O Professor Jan Rivkin acrescentou: «As empresas conseguem escapar às debilidades existentes no mundo empresarial americano deslocalizando-se para o exterior, mas os trabalhadores não conseguem fazer isso.»¹

O capitalismo continua a metamorfosear-se. Vivemos hoje numa era de capitalismo globalizado. Embora a realidade laboral tenha melhorado desde o início do século XX, quando a norma era a existência condições de trabalho extremamente duras, continuam a existir fábricas clandestinas que exploram os empregados e trabalhadores migrantes a viverem de salários miseráveis em muitas partes do mundo. O capitalismo tem melhorado, mas tem um longo caminho pela frente.

As pessoas tendem a encarar o capitalismo como algo constituído por grandes empresas multinacionais e organizações financeiras. Um capitalismo dominado pelas grandes empresas e pelos grandes grupos económicos e financeiros. Mas não devemos esquecer que as empresas individuais, os pequenos negócios familiares e as pequenas empresas com cinco a dez trabalhadores representam uma grande fatia empresarial nas economias desenvolvidas. (Em

economias menos desenvolvidas, representam até 90% da economia.) Só nos resta esperar que consigam adotar práticas empresariais modernas, melhorar a sua produtividade e desempenho e fazer crescer os seus negócios.

A maior parte dos países optou por conceitos capitalistas para gerir o todo ou parte da sua economia de mercado. A economia de mercado divide-se em cinco mercados específicos: (1) empresas, (2) organizações sem fins lucrativos, (3) investidores, (4) governo e (5) famílias. Os países diferem entre si na forma como tratam estes cinco mercados. A China não dispõe de um mercado financeiro livre, mas tem um mercado empresarial privado. Os Estados Unidos têm um grande mercado ligado às atividades do Estado, ao passo que na Irlanda o mercado ligado às atividades do Estado é reduzido. Os Estados Unidos têm um mercado de crédito às famílias muito vasto, mas a maior parte dos outros países não.

Alguns países preferem descrever a sua economia de mercado como socialista e não como capitalista. Por exemplo, a Índia designa o seu sistema como socialista. A China chama socialismo ao seu sistema, mas trata-se na verdade de uma economia de mercado com características chinesas. Inicialmente, a Suécia dizia que operava uma «economia mista», mas agora chama-lhe «economia do bem-estar».

O termo «economia do bem-estar» sugere que a economia de mercado tenta alcançar um equilíbrio entre iniciativa privada e finalidade social. Os países nórdicos são um exemplo paradigmático. Querem que as suas empresas paguem salários dignos e ofereçam boas condições de trabalho aos seus empregados. Atribuem um grande valor à educação e saúde para todos. As suas empresas proporcionam longos períodos de férias e generosas dispensas de trabalho para mães no ativo que deram à luz. Não podem despedir trabalhadores sem justa causa e são obrigados a compensar aqueles que são demitidos. A estas economias de mercado tem-se chamado «capitalismo com consciência» ou «capitalismo com coração».

O Partido Trabalhista britânico também adota o ponto de vista do «bem-estar público». O seu novo líder, Ed Miliband, na conferência anual do partido, realizada em setembro de 2014, recomendou as seguintes medidas: aumentar o salário mínimo e voltar a fixar em

50% o imposto sobre os rendimentos do segmento da população com elevados rendimentos, bem como instituir um «novo imposto sobre “mansões”»; congelar os preços da eletricidade; aplicar impostos especiais sobre fundos especulativos e tabaqueiras; impostos adicionais sobre os prémios dos banqueiros; e mais outro aumento na taxa que os bancos pagam com base na dimensão dos seus balanços.»² Estas recomendações ilustram as medidas de reforma que os críticos do «mercado livre» querem introduzir para melhorar as condições dos trabalhadores médios.

As economias estritamente socialistas tendem a ir mais longe no controlo exercido. Os líderes de Cuba, da Venezuela, da Bolívia e do Equador preferem empresas controladas pelo Estado e tendem a ser anticapitalistas. Rejeitam o lucro como força motriz e reivindicam que o Estado é capaz de administrar empresas de forma eficiente. Centram-se em melhorar a qualidade de vida dos pobres e envidam esforços para desenvolver um bom sistema educativo e de saúde. No entanto, perdem com demasiada frequência o apoio daqueles que, dentro e fora do país, dispõem de capital para investir. Esta situação limita-lhes a capacidade de fazer crescer o produto interno bruto, e existe o perigo de essa posição anticapitalista acabar por empobrecer ainda mais pessoas. Em termos políticos, preferem importar dos países que partilham da mesma ideologia, e os seus cidadãos acabam assim por não beneficiar de um grande leque de escolha de produtos. As vozes críticas encaram estes países como menos competitivos, com menos liberdade e menos escolha do consumidor.

Os cidadãos de um país veem-se obrigados a fazer uma escolha entre três tipos de sistemas económicos. Num dos extremos está o «capitalismo desregulado». No meio, o «capitalismo com coração». E, no outro extremo, o «socialismo no sentido estrito». A minha escolha pessoal, caro leitor, radica no meio.

Em diferentes países, haverá diferenças na capacidade de os cidadãos criarem e gerirem os seus próprios negócios. O grau de facilidade na criação de uma empresa, no processo de a fazer crescer e lidar com as regulações e licenças irá diferir de país para país. Muitos países nunca alcançam o poder pleno do capitalismo para melhorar a vida dos seus cidadãos, porque exigem demasiados

trâmites de licenciamento ou de regulação, já para não falar da corrupção generalizada ou mesmo da criminalidade, em alguns casos. Precisamos claramente de moderar a carga fiscal e outras imposições que recaem sobre o capitalismo, para que o sistema capitalista possa operar os seus milagres.

Os sucessos do capitalismo

Hoje em dia, o capitalismo tem a supremacia absoluta. Mas durante setenta anos, desde 1917 até 1989, esteve em guerra com outro sistema, o comunismo. No dia 9 de novembro de 1989, o Muro de Berlim começou a ser derrubado. No plano simbólico, este acontecimento representou o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A economia da União Soviética era inteiramente administrada e controlada pelo Estado, operava com base numa série de planos quinquenais que estipulavam o volume de alimentos, aço, bens de consumo e bens de investimento que deveria ser produzido, bem como o número de autoestradas, redes elétricas, sistemas de tratamento de resíduos e outros itens de valor material. Tratava-se de uma economia planificada e centralizada.

A União Soviética deveria produzir um paraíso para os trabalhadores. Em vez disso, os cidadãos soviéticos enfrentavam longas filas e frequentes escassezes de pão, carne e batata. As suas máquinas de lavar roupa, rádios e televisores eram de fraca qualidade, quase não havia inovação e a produtividade dos trabalhadores era pateticamente baixa. Na avaliação dos próprios trabalhadores soviéticos sobre a sua situação: «Eles fingem pagar-nos e nós fingimos trabalhar.»

Além disso, o comunismo assumia os contornos de uma tirania, caracterizada por pouca liberdade de expressão, ausência de uma imprensa independente e dissidentes enviados para a cadeia. O principal jornal da URSS chamava-se *Pravda*, que significa «verdade» em russo — uma irónica piada nacional e uma desgraça. Alguns académicos e historiadores estimaram que o número de pessoas mortas sob o regime de José Estaline, o ditador que governou a União Soviética desde 1922 até à sua morte em 1953, se situava entre 20 a 60 milhões.³

O comunismo soviético acabou por ruir e a União Soviética desintegrou-se em vários países independentes, ficando assim a Rússia entregue ao seu próprio destino. Cada um destes novos países precisou de desenvolver a sua própria versão de um sistema económico, apoiando-se maioritariamente no seu legado comunista.

A China também começou por ser um regime comunista sob a liderança do presidente Mao Tsé Tung, com a criação da República Popular da China, em 1949. O período mais tirânico ocorreu durante a Revolução Cultural, iniciada em 1966 e prolongando-se durante dez anos, até à morte de Mao, em 1976. Em 1978, foram finalmente introduzidas reformas económicas. A China é hoje uma das mais importantes economias, com um dos crescimentos mais rápidos do mundo. Em dezembro de 2014, tornou-se a maior economia do mundo e o maior exportador e importador de bens. O país tornou-se a fábrica que abastece o mundo inteiro. Nunca houve na sua história tantos cidadãos a sair da pobreza num período tão curto de tempo. Os dados atuais divulgados pelas autoridades chinesas referem que o país tem 350 milhões de milionários, o que, em termos numéricos, representa uma classe média mais vasta do que a existente nos Estados Unidos. A ironia é que a China continua a intitular-se um sistema comunista, mas o milagre do seu desempenho ocorreu depois de ter adotado aquilo que pode ser designado por «capitalismo autoritário».

A opinião generalizada é que nos nossos dias praticamente todas as nações gerem uma economia de mercado de orientação capitalista. Capitalistas do *laissez-faire*, como Milton Friedman e Allan Meltzer, argumentariam: «O capitalismo venceu. O capitalismo tem sido uma história de sucesso ao melhorar a vida das pessoas. O capitalismo proporcionou mais *crescimento* e *liberdade* do que qualquer outro sistema.»⁴ Mas precisamos de compreender que existem muitas versões nacionais diferentes da teoria e da prática capitalista.

O que é o capitalismo?

O capitalismo pressupõe um sistema jurídico-constitucional baseado em três conceitos fundamentais: *propriedade privada*,

contratos e o Estado de direito. As pessoas têm o direito de possuir bens privados. São livres de celebrar contratos com terceiros relativamente ao uso de produtos, serviços e bens. Os contratos são honrados e regidos pelo Estado de direito. É de salientar que todos os países, mesmo as tiranias, afirmam ter um sistema jurídico. Mas, em muitos casos, esse sistema está minado por privilégios, intrigas políticas, corrupção e ineficiência.

O capitalismo pressupõe a existência de um governo constitucional com poderes legislativo, executivo e judicial e a força para fazer prevalecer o Estado de direito: o poder soberano para fazer cumprir leis e garantir a sua aplicação por via do poder judicial.

O capitalismo também parte da noção de que alguns membros da sociedade possuem capital sob a forma de dinheiro, propriedade, equipamentos e bens. Estes detentores de capital são livres de criar qualquer tipo de negócio e empresa. Podem pedir empréstimos a bancos ou a outras pessoas que acreditam nessa ideia de empresa. Algumas destas novas empresas irão florescer e criar novos postos de trabalho; outros irão afundar-se. Mas a ideia básica é que existe liberdade para criar e gerir um negócio. Os seus proprietários são livres de promover os seus produtos e angariar clientes. Se conseguirem um número suficiente de clientes que se sintam satisfeitos e recomende esses bens e serviços a outros, encontram-se no bom caminho para crescer e colher lucros.

Quando o número de obstáculos com que os criadores de empresas se veem confrontados é relativamente reduzido, chamamos a isso capitalismo de mercado livre. Trata-se de um sistema em grande parte autorregulador, sem controlos excessivos e não beneficiando de subsídios governamentais. As empresas são bem-sucedidas se conseguirem atrair, manter e fazer crescer a sua base de clientes. São os clientes que decidem que empresas saem a ganhar. Muito desse sucesso depende da capacidade de uma empresa conhecer bem os seus clientes, monitorizar as suas necessidades e expectativas em constante mudança e gerar-lhes um novo e contínuo valor.

À medida que as empresas crescem em dimensão, beneficiam geralmente das *economias de escala*: os seus custos unitários baixam porque os seus custos fixos são distribuídos por um maior número de unidades de produção. Com custos mais baixos do que os de

concorrentes de menor dimensão, e com uma marca mais forte, podem assim aumentar a sua quota de mercado. É frequente crescerem por via da aquisição de concorrentes mais pequenos que carecem de escala. Também podem crescer por via da exploração das *economias de âmbito*, nomeadamente através da expansão do número de categorias de produtos que oferecem. Se uma empresa de bens de consumo embalados vender os seus produtos a supermercados, sairia beneficiada se vendesse produtos adicionais a esses mesmos supermercados. Desta forma, ganharia economias de âmbito em resultado dos custos de transação por produto mais baixos com os supermercados. Por exemplo, a Procter & Gamble, que vende mais de uma centena de produtos diferentes a supermercados, dispõe de uma vantagem distinta em termos de poder comparativamente com companhias que vendem um único produto.

A combinação entre economias de escala e de âmbito levou ao crescimento de empresas multinacionais gigantescas. Os duzentos maiores grupos económicos — multinacionais como a Wal-Mart, a Royal Dutch Shell, a Toyota e a Samsung Electronics — representam 28% do produto interno bruto do mundo (PIB).⁵ Várias indústrias operam como oligopólios, em que algumas empresas de grande dimensão representam a principal quota de mercado numa categoria de produto. Por exemplo, nos Estados Unidos existe um número limitado de fabricantes de aeronaves grandes — a Boeing e a Airbus, que operam como um duopólio — e um número reduzido de grandes companhias aéreas: a United, a American e a Delta. Os Estados Unidos continuam a ser uma nação com um enorme número de pequenas empresas (caracterizadas por uma receita anual cujo valor se situa entre menos de um milhão a dez milhões de dólares ou por empregarem menos de cinquenta trabalhadores) e 197 000 médias empresas (com uma receita anual entre dez milhões a mil milhões de dólares), mas também tem oligopólios que obtêm uma boa percentagem das suas receitas no exterior, detendo uma quota que estará próxima dos 50% do PIB da nação.

A economia americana é cada vez mais gerida por uma «mão visível» em vez da «mão invisível» referida por Adam Smith. Os grandes setores da economia são dirigidos por umas quantas empresas poderosas. A questão reside em saber se a mão visível gere

estes setores com base no «interesse próprio esclarecido» de Smith ou apenas com «interesse próprio». (A questão da justiça social será examinada em capítulos posteriores.) Na nossa economia de mercado, as empresas conhecem os seus concorrentes. Se não forem o líder na sua indústria, aspiram a seguir o exemplo do líder ou a competir com ele na procura de mais lucro e crescimento. Hoje em dia, a concorrência é hipercompetitiva. Durante uma recessão, muitas empresas afundam-se, sendo os seus ativos muitas vezes comprados pelos concorrentes que sobreviveram. A feroz concorrência mantém os preços em baixa (na ausência de práticas concertadas) e a qualidade e a inovação em alta — três traços altamente desejáveis numa economia capitalista. A entrada de concorrentes estrangeiros com custos ainda mais baixos também mantém as empresas nacionais num contínuo estado de alerta, de modo a evitarem ser ultrapassadas e acabarem por perder a sua base nacional de clientes.

Nos casos mais bem-sucedidos, o capitalismo é impulsionado pelo individualismo, pela ambição, por um espírito competitivo, pela colaboração e por bons sistemas de gestão.

O capitalismo é um sistema em que as empresas procuram necessidades latentes ou por satisfazer às quais possam dar resposta, e desse modo obter lucro. O lucro é a recompensa por criarem clientes satisfeitos. As empresas bem-sucedidas podem usar o lucro como forma de pagamento aos proprietários e aos investidores, ou podem pagar mais às outras partes interessadas, ou ainda reter o lucro para expandir o seu negócio.

A questão principal relativamente ao capitalismo é a seguinte: quão independente deverá ser das regulações governamentais e do investimento público? Num dos extremos encontram-se aqueles que afirmam que o governo deveria pautar-se por uma intervenção mínima em termos de regulações (*laissez-faire*). É esta a posição articulada por Friedrich Hayek e Milton Friedman, cujas obras influenciaram Ronald Reagan e Margaret Thatcher e levaram ambos a pugnar pela posição neoliberal, em grande consonância com a economia clássica de intervenção mínima do governo, baixas taxas de juro, desregulação, comércio livre, mercados abertos e privatização da economia.

No outro extremo encontra-se a visão do bem-estar social, que advoga que o governo deveria desempenhar um papel ativo na

regulação, na previdência social e na intervenção em tempos de dificuldades económicas. Neste capítulo do papel do governo, os países capitalistas diferem de um extremo ao outro, com variações infinitas pelo meio.

As vozes críticas do capitalismo

O capitalismo tem a sua quota-parte de críticos eminentes. O famoso economista britânico John Maynard Keynes questionava-se se o capitalismo poderia alguma vez beneficiar todos. Disse: «O capitalismo é a extraordinária crença de que os piores dos homens, motivados pelos piores dos propósitos, trabalharão, de alguma forma, em benefício de todos.» Por seu lado, o grande líder britânico Winston Churchill via o capitalismo como sendo melhor do que o socialismo. Na sua opinião: «O vício inerente ao capitalismo é a distribuição desigual de benesses; a virtude inerente ao socialismo é a distribuição por igual das misérias.»

Os defensores do capitalismo agem muitas vezes como se esse sistema fosse a Cidade Reluzente no Topo da Colina que todas as outras pessoas deveriam respeitar e admirar, mas o capitalismo tem imensas imperfeições. Apesar das conquistas na melhoria do nível de vida de muitas pessoas nos quatro cantos do mundo, as vozes críticas continuarão a apontar para problemas específicos, como o facto de as empresas não pagarem salários dignos, não cobrirem a totalidade dos custos sociais, negligenciarem o meio ambiente e pagarem excessivamente a poucos à custa da maioria.

Outros críticos têm como alvo específico o *laissez-faire* ou o capitalismo do compadrio. Para Jerry Mander, autor de *The Capitalism Papers: Fatal Flaws of an Obsolete System* [Escritos sobre o Capitalismo: Erros Fatais de um Sistema Obsoleto] (2013), o capitalismo está a destruir o meio ambiente, as comunidades, o bem-estar e a nossa própria humanidade. No seu livro intitulado *A Doutrina do Choque: A Ascensão do Capitalismo de Desastre* (2008)*, Naomi Klein afirma que o *laissez-faire* ou Capitalismo Cowboy está

* Lisboa, SmartBook, 2009. (NT)

a destruir a classe média; a tornar os ricos mais ricos e os pobres mais pobres; a reduzir o crescimento económico; a eliminar o movimento sindical; a introduzir a privatização, a desregulação e cortes nos gastos sociais; a fazer favores especiais às grandes multinacionais; e a criar uma forma de capitalismo marcado pela instabilidade e frequentes ciclos de expansão e contração. Vê o capitalismo como sendo dirigido por um complexo governamental/empresarial/financeiro destinado a negar ajuda aos trabalhadores e aos pobres.

Ao examinar a entrada do capitalismo em diferentes países como o Chile, a Argentina, a Rússia, a Polónia e outros, Klein documenta aquilo que a privatização está a fazer. Como as cidades, os Estados e os governos locais têm falta de liquidez, estão a vender a empresas privadas as funções que cumprem ao governo. Em muitas comunidades americanas, a recolha do lixo é feita por entidades privadas, bem como o tratamento das águas e a cobrança de taxas dos parómetros. As escolas e os hospitais estão a ser privatizados. Klein descreve como a privatização causou uma subida nos preços dos alimentos, um aumento exponencial do número de pessoas carenciadas e um declínio dos direitos humanos. Afirma que a privatização vem muitas vezes acompanhada de uma redução do número de trabalhadores e de salários mais baixos, em vez de aumentar a eficiência de outras maneiras. Designa tudo isto como «capitalismo do desastre». Tanto Klein como outros críticos referem os Estados Unidos como detendo a mais alta taxa de divórcio do mundo, taxas de mortalidade materna e infantil muito altas, uma taxa de pobreza infantil extremamente elevada, a mais alta taxa de obesidade adulta, a mais alta taxa de encarceramento e a segunda taxa de homicídios mais alta a nível mundial.

N'O *Capital*, Karl Marx foi implacável nas suas críticas ao capitalismo. Postulou que o capitalismo explorava a classe trabalhadora e a privava de qualquer tipo de propriedade, reduzindo os trabalhadores a escravos assalariados, impossibilitados de qualquer oportunidade de melhorarem a sua condição. Para Marx, a economia capitalista consistia em duas classes: aqueles que possuíam bens e os proletários que não os possuíam. Os detentores de bens contratavam aqueles que deles estavam privados, pagando-lhes o menos possível e mantendo-os num estado de quase escravatura,

alguns casos impondo-lhes longas horas de trabalho durante sete dias por semana. O exército de reserva constituído pelos desempregados garantia uma pressão contínua pela manutenção de salários baixos. A retórica anticapitalista resultante dos escritos de Marx e Friedrich Engels perdura até aos dias de hoje nas mentes de alguns críticos.

Houve muitas coisas que melhoraram no capitalismo moderno. Veja-se o exemplo da melhoria das práticas contemporâneas de gestão empresarial em termos de eficiência e produtividade. Veja-se o caso das várias tecnologias que o capitalismo orientado para a inovação criou para melhorar a qualidade de vida. Veja-se o caso do aumento de medidas legislativas e regulatórias para reduzir ou corrigir potenciais abusos por parte de consumidores e empresas.

No entanto, um livro com o intrigante título *How Much Have Global Problems Cost the World?*⁶ [Quanto É Que os Problemas Globais Custaram ao Mundo?] examina e faz uma estimativa dos custos reais, entre 1900 e 2050, resultantes de problemas como poluição atmosférica, conflitos armados, alterações climáticas, destruição de ecossistemas e da biodiversidade, educação, desigualdade de género, saúde humana, subnutrição, entraves ao comércio e água/saneamento. Não se pode culpar o capitalismo por todos estes problemas. Embora as estimativas possam ser questionadas, é muito pertinente a argumentação segundo a qual estes problemas impuseram um custo muito elevado, quase sempre excedendo o custo de os remediar ou eliminar.

As catorze imperfeições do capitalismo

Eis aquilo que considero serem as catorze imperfeições graves do capitalismo que precisam de ser abordadas e solucionadas na medida do possível. Acredito que o capitalismo:

1. Propõe poucas ou nenhuma soluções para a persistência da pobreza.
2. Gera um crescente nível de desigualdade de rendimentos e riqueza.

3. Não paga um salário digno a milhares de milhões de trabalhadores.
4. Talvez não crie suficientes postos de trabalho face à crescente automatização.
5. Não cobra às empresas a totalidade dos custos sociais das suas atividades.
6. Explora o meio ambiente e os recursos naturais nos casos em que estes não estão regulados.
7. Cria ciclos económicos e instabilidade económica.
8. Enfatiza o individualismo e o interesse próprio à custa das comunidades e das populações.
9. Encoraja um elevado endividamento dos consumidores e conduz a uma economia cada vez mais orientada para o lucro em detrimento do lucro obtido pela produção.
10. Permite que políticos e interesses empresariais colaborem para subverter os interesses económicos da maior parte da população.
11. Favorece um planeamento orientado para o lucro de curto prazo em vez de um planeamento de investimento a longo prazo.
12. Deveria ser submetido a regulações no tocante à qualidade dos produtos, à segurança, à verdade na publicidade e ao comportamento anticoncorrencial.
13. Tende a focar-se quase exclusivamente no crescimento do PIB.
14. Precisa de introduzir valores sociais e felicidade na equação do mercado.

O meu objetivo consiste em examinar cada uma destas imperfeições e as forças e causas a elas subjacentes, e de seguida propor possíveis soluções. Oxalá o capitalismo consiga ser mais eficaz na redução da pobreza. Oxalá o capitalismo consiga impedir que a disparidade de rendimentos se agrave ainda mais. Oxalá o capitalismo consiga ser mais cuidadoso e mais preocupado com o impacto que exerce sobre o meio ambiente. E assim por diante.

Este livro discute a forma como o capitalismo se tem desenvolvido nos Estados Unidos, bem como em muitos outros países.

À medida que mais nações alcançarem um maior nível de desenvolvimento económico, os seus problemas irão assemelhar-se mais aos problemas, e às soluções, que têm surgido nos Estados Unidos. É importante que os cidadãos examinem estas mesmas falhas do capitalismo no seu país e questões como o papel que o capitalismo deve desempenhar, como é que a forma de capitalismo em vigor no seu país se relaciona com a forma de democracia instituída, quais são as principais falhas desse sistema no seu país, quais são as ferramentas e soluções disponíveis para fomentar uma melhoria do desempenho do capitalismo no seu país.

O grande compositor Igor Stravinsky disse outrora: «Não há problema que não tenha uma solução.» Se um indivíduo ou um grupo deseja algo com suficiente determinação, então a própria existência do problema garante que também existe uma solução algures. Persistimos e pusemos fim à escravatura, estabelecemos o direito de voto das mulheres e o seu direito de tomar decisões relativamente aos seus próprios corpos, criámos legislação sobre os direitos dos homossexuais, etc. Victor Hugo formulou-o de forma exemplar: «Mais forte que todos os exércitos do mundo é uma ideia que viu chegado o tempo de ser posta em prática.»

Não estou à procura de uma alternativa ao capitalismo. Lembremo-nos das famosas palavras de Churchill em defesa da democracia: «A democracia é a pior forma de governo, à exceção de todas as outras já experimentadas ao longo da história.»⁷ Aceito a possibilidade de o capitalismo poder ser uma forma deficiente de gerir uma economia, talvez a pior, à exceção de todas as outras formas já experimentadas e fracassadas.

No entanto, também é verdade que o capitalismo, que teve origem no Ocidente, está repleto de problemas. O Ocidente está a perder o seu relativo poder e influência no mundo e padece de um crescimento económico lento, de uma alta taxa de desemprego, de enormes défices orçamentais, de um pesado endividamento público, de baixas taxas de poupança, de um declínio da ética laboral e de taxas de consumo de drogas e de homicídios de proporções catastróficas.

Ao contrário de algumas pessoas, não acredito na inevitabilidade de um maior declínio do Ocidente. Continuo a manter a postura otimista de que os países do mundo conseguirão melhorar

a vida das suas populações. Já há muitas empresas e outros grupos empenhados em tentar criar um capitalismo mais robusto que sirva melhor os interesses dos consumidores, dos trabalhadores e dos cidadãos e preserve o meio ambiente em vez de o destruir ou negligenciar.

A título de exemplo, considere-se o caso do movimento de reforma do capitalismo chamado Capitalismo Consciente (www.consciouscapitalism.com), que inclui os diretores-gerais de empresas como a Whole Foods, a Panera Bread, a The Container Company e outras. Este movimento pauta-se por quatro princípios:

1. As empresas deveriam abraçar um *propósito maior* para os seus negócios que não apenas o lucro.
2. As empresas deveriam procurar beneficiar não só os investidores mas todas as *partes interessadas* numa prosperidade partilhada.
3. Os líderes empresariais precisam de se comprometer com as *responsabilidades comunitárias* das suas empresas.
4. A *cultura* empresarial deveria valorizar fortemente a confiança, a autenticidade, a solidariedade, a transparência, a integridade, a aprendizagem e a delegação de mais poderes aos cidadãos.

Um outro movimento dá pelo nome de Movimento da Nova Economia. O seu objetivo é colocar mais empresas e capital nas mãos dos 99% da população e não apenas no 1% que ocupa o topo. Propõe um modelo de empresas detidas e geridas pelos trabalhadores, diferente do modelo do Capitalismo Empresarial. Gar Alperovitz, um dos líderes desse movimento, descreve a variedade de organizações cuja propriedade e gestão são cooperativas:

De facto, mais de 130 milhões de americanos já pertencem a uma ou outra forma de cooperativa, sobretudo na sua forma mais amplamente conhecida: a cooperativa de crédito. Existem, igualmente, cerca de 2000 empresas de serviços públicos pertencentes às próprias autarquias, algumas das quais são líderes na questão ambiental [...] Mais de dez milhões de americanos

também trabalham agora em cerca de 11 000 empresas que são também propriedade dos próprios trabalhadores*.⁸

Movimentos como a Nova Economia e o Capitalismo Consciente estão a conceber novos modelos de capitalismo que procuram criar uma maior quota de propriedade e de participação dos cidadãos e mais benefícios para as partes envolvidas. Estão à procura de um capitalismo mais esclarecido e construtivo.

Avancemos agora para a análise das catorze imperfeições do capitalismo, cada uma das quais será descrita nos capítulos seguintes, e das respetivas potenciais soluções.

* No original, «ESOP Companies»: *Employee Stock Ownership Plan* = Empresas que disponibilizam um Plano de Aquisição de Ações para Trabalhadores. (NT)

UM

A persistência da pobreza

Nenbuma sociedade pode florescer e ser feliz se a maior parte dos seus elementos for pobre e miserável.

— Adam Smith, *A Riqueza das Nações*

A pobreza é um dos problemas mais vergonhosos e de mais difícil resolução com que a Humanidade tem lidado ao longo da sua história. Atualmente, cerca de cinco mil milhões dos sete mil milhões de pessoas que habitam a Terra são pobres ou extremamente pobres. Passam fome. Não têm energia nem tempo para dedicar à educação. São propensas a doenças devido ao escasso acesso, ou impossibilidade de acesso, a cuidados médicos. É frequente terem mais filhos do que aqueles que podem sustentar, o que acaba por perpetuar uma classe de pobreza e uma cultura de pobreza. As desesperantes condições de vida levam algumas das pessoas pobres a vidas de crime, ao consumo de drogas duras e a conflitos armados. Isto significa que o custo da pobreza excede de longe o custo que os próprios pobres suportam. A pobreza derrama o seu veneno sobre o resto da Humanidade.

Até ao século XIX, os pobres recebiam pouca atenção. A pobreza era vista como algo inevitável. Os governos e benfeitores pouco podiam fazer para resolver esse problema. A Revolução Industrial exacerbou-o ao atrair os camponeses para as cidades à procura de trabalho, levando ao estabelecimento de bairros de lata e asilos para os pobres. Os quatro piores bairros de lata existentes no

mundo atual são os de Dharavi em Mumbai, Orangi no Paquistão, Kibera em Nairobi e as favelas no Rio de Janeiro.

A difícil situação dos pobres começou a tornar-se mais visível no século XIX com a publicação do romance *Oliver Twist*, de Charles Dickens, em 1838. *Oliver Twist* convertia de forma vívida em ficção as condições de vida e a exploração dos pobres. Na viragem do século, investigadores cuidadosos e com preocupações sociais, como Beatrice e Sidney Webb no Reino Unido, começaram a contabilizar o número de pobres e a escrever sobre o seu dilema.

O conceito da criação de programas de combate à pobreza iniciou-se no século XIX e continua até aos dias de hoje, em que um sexto da população mundial ganha menos de um dólar por dia. (Dois mil milhões da população mundial de sete mil milhões ganha menos de dois dólares por dia.) O presidente americano Lyndon Johnson declarou uma «guerra incondicional» à pobreza em meados da década de 1960, contribuindo para a promulgação de legislação para reduzir o nível de pobreza nos Estados Unidos, nomeadamente o programa governamental de saúde Medicaid, o seguro de desemprego, o Head Start* e outros programas. Em 1975, foi decretada a Lei EITC do «crédito de imposto dos rendimentos do trabalho», que devolve aos trabalhadores pobres uma parte dos impostos cobrados sobre os seus rendimentos e salários. A Lei EITC reembolsou um montante médio de 3000 dólares a famílias com um filho e até 6000 dólares a famílias com três ou mais filhos.

Finalmente, em 2000, as Nações Unidas delinearam um plano multilateral para a redução da pobreza a nível mundial. Formularam os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), oito objetivos acompanhados dos respetivos compromissos, destinados a reduzir de forma significativa os níveis de pobreza até 2015. O Objetivo 1 consistia em reduzir para metade, entre 1991 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento fosse inferior a um dólar por dia. Outras metas incluíam a implementação universal

* Programa pré-escolar americano que combina serviços educativos, sociais e de saúde em benefício das crianças em idade pré-escolar e respetivas famílias de rendimentos baixos. (NT)

do ensino básico; promover a igualdade entre sexos; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o VIH/sida, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento. As metas são ambiciosas e não é provável que sejam todas alcançadas, tendo em conta a Grande Recessão de 2008, o aumento do custo dos alimentos e da eletricidade e a persistência de conflitos armados no mundo. Os líderes mundiais pedem agora às Nações Unidas que tomem uma ação mais arrojada no combate à pobreza extrema, à fome e às doenças e adotem em 2015 um novo conjunto de medidas de combate à pobreza.

As causas da pobreza

Os especialistas têm proposto várias teorias diferentes sobre as causas da pobreza e defendido medidas diferentes para sanar esse problema. Entre eles, é possível distinguir aqueles que encaram a pobreza como um flagelo que resulta de uma causa básica fundamental e aqueles que consideram haver muitos fatores causais em jogo.

A teoria mais simples é que os pobres são responsáveis pela situação em que se encontram. Muitas pessoas que são pobres descuraram a aprendizagem na escola, abandonaram o ensino cedo, exerceram trabalhos que não exigiam qualificações, gastaram parte do seu rendimento em bebida, drogas e jogos a dinheiro, casaram demasiado cedo e tiveram mais filhos do que aqueles que podiam sustentar. E os filhos mantiveram essa mesma indiferença face à aquisição de habilitações e qualificações. Muitas vezes os casamentos destas pessoas entravam em rutura. Alguns dos indivíduos que perdiam o emprego preferiam viver à custa de apoios sociais como o Medicaid, vales-alimentação, subsídios de arrendamento ou de invalidez em vez de aceitarem empregos de baixa remuneração. A solução consiste em encontrar formas de mudar as suas atitudes e comportamento ou abandoná-los ao seu estado de penúria. No entanto, há sobejas provas de que a maior parte dos pobres estaria pronta e disposta a escapar às suas condições de pobreza se conseguisse encontrar emprego e dispusesse de um lugar decente para viver.

Outra teoria é que a pobreza é a consequência de os pobres terem demasiados filhos. Cada novo filho empobrece ainda mais uma família já de si pobre. Este argumento chega a postular que a Terra tem uma «capacidade de sustentação» de população limitada em termos de recursos e alimentos para permitir um nível de vida digno a sete mil milhões de pessoas, e muito menos a uma população de nove mil milhões prevista para 2050.¹ A erosão dos solos ao longo dos últimos quarenta anos tornou improdutivas 30% das terras cultiváveis. A agricultura usa hoje 70% da água doce do mundo. A produtividade das colheitas tem diminuído 2% de dez em dez anos devido ao calor e às secas causadas pelo aquecimento global. Por conseguinte, o problema reside em saber como cultivar mais alimentos em menos terras agrícolas e dispendo de menos água.

De acordo com esta teoria, a pobreza continua a ser um problema devido ao excesso de população. Trata-se de uma versão da proposição exposta por Thomas Malthus no século XVIII, a de que a taxa de crescimento da população irá, mais cedo ou mais tarde, exceder a taxa de crescimento de abastecimento alimentar, originando assim fome, guerra e a persistência da pobreza.² A versão moderna desta visão foi publicada em 1972 no livro *The Limits to Growth* [Os Limites ao Crescimento], da autoria de Donella H. e Dennis L. Meadows (juntamente com Jørgen Randers e William W. Behrens III).³ Aqui, a solução dita que grande parte da pobreza seria erradicada se as famílias pobres limitassem o número de filhos de forma voluntária ou por decreto. A China é representativa desta segunda hipótese, ao restringir de forma genérica as famílias à procriação de um único filho. Embora a política do «filho único» inclua agora várias exceções, estima-se que, entre 1979 e 2009, aproximadamente 200 milhões de nascimentos foram evitados na China. Certamente que esta política tem sido um dos principais fatores que contribuíram para a impressionante redução do número de famílias a viver na pobreza na China.

Uma terceira teoria é que a pobreza persiste porque os pobres não possuem nenhum bem fungível ou capital que lhes permita contrair empréstimos. Carecem de ativos transacionáveis. Esta teoria foi proposta pelo muito conceituado, embora controverso, economista peruano Hernando de Soto no seu livro *O Mistério do*

Capital: Porque Triunfa o Capitalismo no Ocidente e Fracassa no Resto do Mundo (2010)*. De Soto argumenta que a verdadeira fonte de riqueza é a propriedade real, acompanhada da existência de direitos de propriedade bem definidos e socialmente aceites. A propriedade é um ativo que pode ser usado para obter um empréstimo, ou uma hipoteca, ou um seguro, ou para possuir ações e outras coisas que tornam o capitalismo tão eficaz na produção de crescimento económico e prosperidade. Mas, como de Soto afirma, o capitalismo não funciona em comunidades e países pobres, porque as instituições financeiras não reconhecem os ativos dos pobres.

Os pobres possuem bastantes ativos (terra, casas, negócios), mas pertencem geralmente ao reino do extralegal e do informal, e o sistema jurídico não se adaptou a esta realidade. Os custos de tornar estes ativos legais (obter um título de propriedade legal para uma casa, registar um negócio, etc.) são tão proibitivos em termos de tempo e dinheiro que estes ativos acabam por ficar reduzidos a «capital morto». Os pobres não podem usar os seus ativos para obter crédito e adquirir assim as ferramentas capitalistas convencionais que lhes permitiriam alcançar uma mobilidade ascendente. Como estes ativos não são reconhecidos, estas pessoas criam um estilo de vida extralegal no contexto dos seus círculos sociais informais. Para Hernando de Soto, a solução singular é forçar o sistema jurídico a permitir a monetização destes ativos, para que o capital morto ganhe vida.

Uma outra teoria atribui as culpas da pobreza à ganância da elite governante. A teoria começa por estabelecer uma diferença entre *crescimento económico* e *desenvolvimento económico*. Podemos ter crescimento económico sem desenvolvimento económico. O crescimento económico é uma condição necessária, mas não suficiente, do desenvolvimento económico. O crescimento económico significa simplesmente que o bolo (medido pelo PIB) se tornou maior, mas nada diz acerca da forma como o bolo é repartido.

Por sua vez, o desenvolvimento económico preocupa-se em averiguar se o nível de vida da pessoa média melhorou ou se esta goza de mais liberdade de escolha. O desenvolvimento económico pode ser medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

* Lisboa, Notícias, 2002. (NT)

O IDH toma em consideração taxas de literacia, igualdade de género e esperança de vida, fatores que afetam a produtividade e poderiam promover o crescimento económico. O desenvolvimento económico pressupõe um aumento do rendimento real para a maior parte das famílias, procura mitigar os baixos padrões de vida das pessoas, almeja fornecer empregos e melhores condições de habitação aos cidadãos e visa melhorar a vida sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Por seu lado, o crescimento económico não aborda as questões do esgotamento dos recursos naturais, da poluição e do aquecimento global.

A diferença entre crescimento económico e desenvolvimento económico é bem ilustrada pelo país africano de Angola, onde o PIB cresceu 20%, embora a pobreza tenha aumentado de forma substancial. Grande parte deste crescimento do PIB foi parar aos bolsos das elites governantes e respetivos familiares e compadrios. A filha do próprio presidente angolano é multimilionária e no entanto nada fez para criar valor para Angola. Ao passo que Bill Gates construiu uma empresa chamada Microsoft que o tornou um multimilionário com uma fortuna incomparavelmente superior, mas pelo menos a sua empresa contribuiu para o desenvolvimento da economia americana e para a criação de postos de trabalho.

O ex-presidente do Egito, Hosni Mubarak, possuía uma fortuna estimada em 42 mil milhões de dólares. Muitos ministros de países africanos são multimilionários. De onde veio esse dinheiro? Uma grande parte veio de auxílio externo destinado a apoiar o desenvolvimento económico, mas na sua maior parte foi parar aos bolsos da elite governante.

Muitos países africanos afirmam que a profunda e persistente pobreza de África se deve aos anos de colonialismo e de imperialismo ocidental. No entanto, isto não é mais do que uma desculpa que os ditadores africanos propagam para se manter no poder. A verdadeira causa da pobreza africana não é o colonialismo mas a má governação na sequência da independência. Os países africanos cometeram dois erros depois de alcançarem a independência: em primeiro lugar, a maior parte dos países africanos estabeleceu um sistema monopartidário com um presidente vitaliciamente empossado. Este fator foi, por si só, suficiente para que a riqueza

fosse parar às mãos do presidente e respetiva família alargada e compadrios, excluindo assim a maior parte dos outros grupos da governação e da partilha dos benefícios.

Em segundo lugar, a maior parte dos países africanos estabeleceu um sistema económico socialista em vez de um sistema económico capitalista, com muitas empresas estatais a dirigir os serviços públicos, a produzir o aço e o petróleo e outros produtos básicos, e a gerir o comércio e negócios da nação. Por seu lado, a Coreia do Sul emergiu após a Segunda Guerra Mundial como um país pobre comparável às economias africanas, mas tornou-se capitalista e hoje em dia afirma-se como um país rico, com cidadãos que beneficiam de rendimentos elevados e têm uma grande participação na vida pública.

Por que razão as guerras civis assolam o continente africano? Porque muitos dos países são governados por um ditador cuja família se apodera da maior parte da riqueza. E a consequência é que alguns grupos que são excluídos da governação se decidem pela dissidência e estabelecem um Estado separado. Enquanto não houver democracia nem liberdade de imprensa, reinará o tumulto e a violência. A única solução é abrir o sistema político. Além disso, os países africanos devem voltar a abraçar a ideia de um sistema de livre iniciativa que existia anteriormente — quando as pessoas (sobretudo as mulheres) levavam produtos naturais para o mercado, onde eram comprados e vendidos de forma livre — e não um sistema de organizações económicas controladas pelo Estado.

Para além destas importantes teorias centradas numa causa singular, a maior parte dos especialistas reconhece que a pobreza deriva de muitas causas interrelacionadas que devem ser abordadas de uma forma integrada. Consideremos, por exemplo, a visão de Paul Collier no seu livro *Os Milhões da Pobreza: Por Que Motivo Estão os Países Mais Carenciados do Mundo a Ficar Cada Vez Mais Pobres?*⁴ Segundo o autor, os milhares de milhões de pessoas no fundo da pirâmide social vivem em «países encurralados» e identifica quatro elementos que causam este encurralamento dos países:

1. *Guerra Civil*. Um grande número dos milhares de milhões de pessoas viveu ou vive atualmente numa situação de guerra civil. As guerras derivam do facto de nestes países

- existir um grande número de homens jovens desempregados e sem instrução, bem como desequilíbrios étnicos.
2. «A Maldição dos Recursos Naturais». Praticamente um terço destes países depende da exportação de matérias-primas. Estes governos carecem das competências necessárias para acrescentar valor aos seus recursos naturais, tendem a ser corruptos e não realizam eleições democráticas.
 3. *Países Encravados*. Praticamente um terço destes países está privado de litoral, padece de desvantagens económicas e está rodeado de «maus vizinhos».
 4. *Má Governação*. Cerca de três quartos destes países são governados por líderes autocráticos ou corruptos.

Soluções para a pobreza

Cada condição que contribui para o problema exige uma solução específica. Collier dá preferência a intervenções militares legítimas em áreas dilaceradas pela guerra civil. Os países com grandes quantidades de reservas naturais deveriam desenvolver competências que aumentem o valor das suas exportações e não deveriam limitar-se a exportar matérias-primas aos preços do mercado mundial. Quanto aos países sem litoral, têm de trabalhar com países costeiros vizinhos para a construção de estradas que lhes deem acesso a portos. A má governação é o problema de resolução mais difícil. Durante os seus anos no poder, Robert Mugabe destruiu o Zimbabué enquanto o resto do mundo assistia impotentemente.

A principal recomendação de Collier para combater a pobreza é «reduzir o objetivo e multiplicar os instrumentos». Reduzir o objetivo significa concentrar-se apenas no segmento da população mundial constituído por um milhar de milhão de pessoas (70% das quais radicadas em África) que vive em países em colapso. Alargar o número de instrumentos significa transferir o enfoque da simples ajuda para a criação de um conjunto de instrumentos políticos: uma melhor distribuição do auxílio, intervenções militares ocasionais, o estabelecimento de cartas internacionais e uma política comercial mais inteligente.